



# UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

<b>Ano</b>	2025
<b>Tp. Período</b>	Segundo semestre
<b>Curso</b>	DIREITO
<b>Modalidade</b>	Parcialmente a distancia
<b>Disciplina</b>	1108539 - DIREITO TRIBUTÁRIO I
<b>Turma</b>	DIM

**Carga Horária:** 68

**C. Horár. EAD:** 14

## PLANO DE ENSINO

### EMENTA

Atividade financeira do Estado. Direito financeiro e direito tributário. Direito tributário. Direito Tributário: conceitos, origens e fontes. Sistema constitucional tributário brasileiro. Os princípios constitucionais. Competência tributária e capacidade tributária. Limitações constitucionais ao poder de tributar. Fontes do Direito tributário. Relação jurídica tributária. Teoria da Norma Jurídica tributária. Vigência, aplicação, interpretação e integração da legislação tributária. Obrigação tributária. Fato gerador. Lançamento tributário. Crédito tributário. Suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário. Garantia e privilégio do crédito tributário. Exoneração tributária.

### I. Objetivos

1. Orientar os alunos sobre a importância do conhecimento teórico e prático do conteúdo da disciplina;
2. Estimular a reflexão crítica dos pontos a serem abordados, e;
3. Incentivar o estudo analítico dos fundamentos axiológicos que deram origem às legislações a serem verificadas.

### II. Programa

1. INTRODUÇÃO AO DIREITO TRIBUTÁRIO
  - 1.1. Atividade financeira do Estado
  - 1.2. Sistema jurídico-tributário.
  - 1.3. O direito tributário no quadro geral do direito.
2. FONTES DO DIREITO TRIBUTÁRIO
  - 2.1. Fontes materiais e formais.
  - 2.2. Hierarquia das leis.
  - 2.3. Constitucionalidade e inconstitucionalidade.
  - 2.4. Legalidade e ilegalidade.
3. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIA
  - 3.1. Introdução e definição.
  - 3.2. Estrutura da norma jurídica.
  - 3.3. Hipótese de incidência e fato gerador.
4. LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA
  - 4.1. Vigência e aplicação.
  - 4.2. Interpretação e integração.
  - 4.3. Elisão e evasão fiscal.
5. INCIDÊNCIA, NÃO INCIDÊNCIA, IMUNIDADE E ISENÇÃO.
  - 5.1. Incidência.
  - 5.2. Não incidência.
  - 5.3. Imunidade.
  - 5.4. Isenção.
6. LIMITAÇÕES DO PODER DE TRIBUTAR.
  - 6.1. Princípios constitucionais Tributários
  - 6.2. Vedações Constitucionais ao Poder de Tributar
7. RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA.
  - 7.1. Responsabilidade dos sucessores.
  - 7.2. Responsabilidade de terceiros.
  - 7.3. Responsabilidade por infrações.
8. CRÉDITO TRIBUTÁRIO
  - 8.1. Constituição do crédito tributário.
  - 8.2. Suspensão do crédito tributário.
  - 8.3. Extinção do crédito tributário.
  - 8.4. Exclusões de crédito tributário.
  - 8.5. Garantias e privilégios do crédito tributário.
9. TÓPICOS ESPECIAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

### III. Metodologia de Ensino

O conteúdo do programa será desenvolvido por meio de aulas expositivas, com o incentivo permanente ao debate e à crítica reflexiva, assim como através da participação direta dos alunos com a apresentação de seminários. Além disso, poderão ser realizadas aulas e atividades não presenciais por meio da plataforma Moodle, nos casos e limites estabelecidos no PPC do curso e nas normas da Universidade.

### Ensino a Distância (Conforme Resolução nº 0062/2008-CEPE/UNICENTRO)

---

## **I. Conteúdos que serão abordados a distância**

Os conteúdos serão definidos oportunamente entre os tópicos elencados no programa.

---

## **II. Metodologia de trabalho**

Leitura de textos e resolução de exercícios ou problemas.

---

## **III. Tecnologias utilizadas**

Plataforma Moodle.

---

## **IV. Cronograma de tutoria presencial**

Será realizada durante as aulas presenciais e os horários destinados ao atendimento ao aluno.

---

## **V. Critérios de avaliação**

Serão definidos previamente à realização das atividades.

---

## **VI. Cronogramas de avaliação**

Serão definidos oportunamente conforme as atividades forem desenvolvidas.

---

## **IV. Formas de Avaliação**

A avaliação será realizada de forma contínua, considerando-se:

- a) Participação e interesse em aula e atividades propostas;
- b) Pontualidade e frequência;
- c) Participação em seminários;
- e) Avaliações escritas.

As Atividades de Recuperação de Notas – ARN, destinadas àqueles que não atingirem a média 7,0 (sete) ocorrerão no mesmo formato das avaliações aplicadas, devendo ser realizadas uma semana após a divulgação das notas.

---

## **V. Bibliografia**

### **Básica**

CARVALHO, Paulo de Barros. "Curso de Direito Tributário". São Paulo: Saraiva, 2016.  
COSTA, Regina Helena. "Curso de Direito Tributário". São Paulo: Saraiva, 2016.  
HARADA, Kiyoshi. Direito Financeiro e Tributário. São Paulo: Atlas, 2019.

### **Complementar**

BALEEIRO, Aliomar. Direito tributário brasileiro, 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.  
OLIVEIRA, Regis Fernandes de et al. Lições de direito financeiro. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.  
ROSA JÚNIOR, Luiz Emygdio F. da. Manual de Direito Financeiro e Tributário. 18ª edição. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.  
SCHOUERI, Luis Eduardo. "Direito Tributário". São Paulo: Saraiva, 2016.

---

## **APROVAÇÃO**

**Inspetoria:** DEDIR/G

**Tp. Documento:** Ata Departamental

**Documento:** 2

**Data:** 14/03/2025